

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	34
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	36
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	37
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	64.383.093
Preferenciais	64.383.093
Total	128.766.186
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	1.508.982	1.446.768
1.01	Ativo Circulante	272.983	165.398
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.198	5.070
1.01.02	Aplicações Financeiras	161.303	48.580
1.01.03	Contas a Receber	71.426	83.198
1.01.03.01	Clientes	71.426	83.198
1.01.03.01.01	Contas a Receber	70.957	82.608
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	469	590
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.552	2.997
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.521	758
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	27.983	24.795
1.01.08.03	Outros	27.983	24.795
1.01.08.03.01	Contas a Receber com Operações de Derivativos	25.753	24.525
1.01.08.03.02	Adiantamentos a Fornecedores	2.163	196
1.01.08.03.03	Outros Créditos	67	74
1.02	Ativo Não Circulante	1.235.999	1.281.370
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	117.792	114.875
1.02.01.06	Tributos Diferidos	57.577	58.302
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	318	331
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	59.897	56.242
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	359	394
1.02.01.09.04	Contas a Receber com Operações de Derivativos	59.441	55.751
1.02.01.09.08	Outros Créditos	10	10
1.02.01.09.09	Tributos a Recuperar	87	87
1.02.03	Imobilizado	60.871	63.636
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	45.809	44.360
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	15.062	19.276
1.02.04	Intangível	1.057.336	1.102.859

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	1.508.982	1.446.768
2.01	Passivo Circulante	432.247	428.272
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.176	5.415
2.01.02	Fornecedores	24.818	32.869
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	24.776	32.731
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	42	138
2.01.03	Obrigações Fiscais	20.708	20.544
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	14.617	13.120
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	6.470	0
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	8.147	13.120
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	6.091	7.424
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	6.091	7.424
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	185.175	182.174
2.01.04.02	Debêntures	185.175	182.174
2.01.05	Outras Obrigações	78.270	73.284
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	43.055	34.484
2.01.05.02	Outros	35.215	38.800
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	26.037	26.037
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	7.770	11.355
2.01.05.02.07	Outras Obrigações com o Poder Concedente	1.408	1.408
2.01.06	Provisões	117.100	113.986
2.01.06.02	Outras Provisões	117.100	113.986
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	117.100	113.986
2.02	Passivo Não Circulante	547.704	539.636
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	326.423	317.862
2.02.01.02	Debêntures	326.423	317.862
2.02.02	Outras Obrigações	17.281	17.688
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	17.281	17.688
2.02.04	Provisões	204.000	204.086
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	16.611	15.532
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	656	1.136
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	15.955	14.396
2.02.04.02	Outras Provisões	187.389	188.554
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	187.389	188.554
2.03	Patrimônio Líquido	529.031	478.860
2.03.01	Capital Social Realizado	392.376	392.376
2.03.04	Reservas de Lucros	86.484	86.484
2.03.04.01	Reserva Legal	18.355	18.355
2.03.04.02	Reserva Estatutária	11.809	11.809
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	56.320	56.320
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	50.171	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	324.076	303.651
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-213.702	-202.124
3.02.01	Custo de Construção	-21.445	-19.509
3.02.02	Provisão de Manutenção	-14.223	-14.305
3.02.03	Depreciação e Amortização	-71.943	-65.207
3.02.04	Custos com Obrigações Poder Concedente	-6.941	-5.231
3.02.05	Serviços	-93.674	-92.697
3.02.06	Custos com Pessoal	-2.694	-2.721
3.02.07	Materiais Equipamentos e Veículos	-665	-607
3.02.08	Outros	-2.117	-1.847
3.03	Resultado Bruto	110.374	101.527
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-23.726	-20.025
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-24.421	-20.166
3.04.02.01	Serviços	-11.597	-11.743
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-1.785	-1.775
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-5.447	-2.483
3.04.02.04	Materiais Equipamentos e Veículos	-486	-528
3.04.02.05	Outros	-5.106	-3.637
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	725	161
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-30	-20
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	86.648	81.502
3.06	Resultado Financeiro	-9.673	-22.388
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	76.975	59.114
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-26.804	-20.338
3.08.01	Corrente	-26.079	-27.421
3.08.02	Diferido	-725	7.083
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	50.171	38.776
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	50.171	38.776
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,38963	0,30113
3.99.01.02	PN	0,38963	0,30113
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,38963	0,30113
3.99.02.02	PN	0,38963	0,30113

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	50.171	38.776
4.03	Resultado Abrangente do Período	50.171	38.776

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	133.610	138.832
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	151.860	143.600
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	50.171	38.776
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	725	-7.083
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	73.728	66.982
6.01.01.04	Baixa do Ativo Imobilizado	30	21
6.01.01.05	Juros e Variação Monet. sobre Debêntures, Empréstimos e Financiamentos	12.490	17.873
6.01.01.06	Capitalização de Custo de Empréstimos	-3.815	-1.595
6.01.01.07	Resultado de Operações com Derivativos	-5.846	14.199
6.01.01.08	Variação Cambial sobre Empréstimos e Financiamentos	0	-8.555
6.01.01.11	Provisão (Reversão) para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	2.332	1.287
6.01.01.12	Juros e Variação Monetária Cessão de Crédito com Partes Relacionadas	248	476
6.01.01.13	Constituição (Reversão) da Provisão de Manutenção	14.223	14.305
6.01.01.14	Ajustes a Valor Presente Provisão de Manutenção	7.593	6.867
6.01.01.15	Provisão para Perda Esperada - Contas a Receber	-19	47
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-18.250	-4.768
6.01.02.01	Contas a Receber	11.670	14.731
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	134	36
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-555	-1.165
6.01.02.04	Despesas Antecipadas e Outras	-2.721	-2.723
6.01.02.05	Adiantamento a Fornecedores	-1.967	-22
6.01.02.06	Fornecedores	-8.051	-6.592
6.01.02.08	Fornecedores - Partes Relacionadas	7.020	627
6.01.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	761	926
6.01.02.10	Impostos e Contribuições a Recolher e Parcelados e Provisão para Imposto de Renda e Contrib. Social	19.962	25.399
6.01.02.11	Pagamentos com Imposto de Renda e Contribuição Social	-19.798	-27.336
6.01.02.12	Realização da Provisão de Manutenção	-19.867	-3.807
6.01.02.13	Outras Contas a Pagar	-3.585	-3.621
6.01.02.14	Pagamento de Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	-1.253	-1.221
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-133.482	-23.404
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-2.052	-2.823
6.02.02	Adições de Ativo Intangível	-18.707	-20.581
6.02.03	Aplicações financeiras	-112.723	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-7.101
6.03.01	Liquidação de Operações com Derivativos	0	-5.846
6.03.06	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (pagamentos principal)	0	-72
6.03.07	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (pagamentos juros)	0	-1.183
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	128	108.327
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.070	216.746
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.198	325.073

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	392.376	0	86.484	0	0	478.860
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	392.376	0	86.484	0	0	478.860
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	50.171	0	50.171
5.07	Saldos Finais	392.376	0	86.484	50.171	0	529.031

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	422.376	0	54.212	0	0	476.588
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	422.376	0	54.212	0	0	476.588
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	38.776	0	38.776
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	38.776	0	38.776
5.07	Saldos Finais	422.376	0	54.212	38.776	0	515.364

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	356.732	332.302
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	352.917	330.707
7.01.02	Outras Receitas	3.815	1.595
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-155.045	-149.491
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-102.527	-100.137
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-16.850	-15.540
7.02.04	Outros	-35.668	-33.814
7.02.04.01	Custos de Construção	-21.445	-19.509
7.02.04.02	Provisão de Manutenção	-14.223	-14.305
7.03	Valor Adicionado Bruto	201.687	182.811
7.04	Retenções	-73.728	-66.982
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-73.728	-66.982
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	127.959	115.829
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.136	28.630
7.06.02	Receitas Financeiras	11.136	28.630
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	139.095	144.459
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	139.095	144.459
7.08.01	Pessoal	7.488	4.646
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.507	3.842
7.08.01.02	Benefícios	671	546
7.08.01.03	F.G.T.S.	201	181
7.08.01.04	Outros	109	77
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	56.737	48.520
7.08.02.01	Federais	39.737	32.575
7.08.02.02	Estaduais	365	336
7.08.02.03	Municipais	16.635	15.609
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	24.699	52.517
7.08.03.01	Juros	24.523	52.373
7.08.03.02	Aluguéis	176	144
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	50.171	38.776
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	50.171	38.776

Comentário do Desempenho

1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL NOVADUTRA

Janeiro a Março/2018

As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente, o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 1T17.

1.1 - Principais destaques

- A receita líquida operacional foi de R\$ 302,6 milhões (+6,5%);
- O EBIT ajustado foi de R\$ 86,6 milhões (+6,3%) e a margem EBIT ajustado 28,6% (- 0,1 p.p.);
- O EBITDA ajustado foi de R\$ 174,6 milhões (+7,3%) e a margem EBITDA ajustado 57,7% (+0,4 p.p.);
- O lucro líquido foi de R\$ 50,2 milhões (+29,4%).

Indicadores [R\$ MM]	1ºT18	1ºT17	%
Receita Líquida Operacional*	302,6	284,1	6,5%
EBIT (ajustado)	86,6	81,5	6,3%
Margem EBIT (Ajustado)	28,6%	28,7%	-0,1 p.p.
EBITDA (ajustado)	174,6	162,8	7,3%
Margem EBITDA (Ajustado)	57,7%	57,3%	0,4 p.p.
Lucro Líquido	50,2	38,8	29,4%

*Receita líquida operacional é a soma da receita de pedágio, receita acessória e deduções da receita, não englobando as receitas de construção.

1.2 - Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq¹)

Em unidades	1ºT18	1ºT17	Var.%
Veículos Equivalentes	38.587.835	37.435.445	3,1%
Veículos Leves (Eq)	15.050.548	15.075.296	-0,2%
Veículos Pesados (Eq)	23.537.287	22.360.149	5,3%

(Veq¹) - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

Tráfego consolidado (3,1%) - (Veq¹)

Nosso tráfego consolidado apresentou um aumento de 3,08% no 1T18 sobre o mesmo período de 2017, devido, principalmente, ao crescimento do tráfego comercial em 5,26%, que responde por aproximadamente 60% do tráfego equivalente da Via Dutra.

O índice ABCR para veículos comerciais apresentou queda no Rio de Janeiro e alta em São Paulo, conforme apresentado abaixo no item de veículos comerciais.

Veículos de passeio (-0,2%) - (Veq¹)

A categoria apresentou redução de 0,16% no 1T18 em comparação ao mesmo período do ano anterior. Isso deve-se principalmente ao pior resultado nas praças de pedágio no estado do Rio de Janeiro.

O índice ABCR Brasil de veículos de passeio no 1T18 em relação a 2018 apresentou um aumento de 1,7%, sendo que em São Paulo ocorreu um aumento de 2,1% e no Rio de Janeiro uma redução de 3,5%.

Comentário do Desempenho

Veículos comerciais (5,3%) - (Veq¹)

A categoria apresentou aumento de 5,26% no 1T18 em comparação ao mesmo período do ano anterior. O tráfego comercial da Rodovia Presidente Dutra está fortemente associado ao desempenho da atividade industrial no eixo RJ-SP, que está em franca recuperação.

O índice ABCR Brasil de veículos comerciais no 1T18 em relação a 2017 teve um aumento de 3,0%, sendo que em São Paulo ocorreu um aumento de 3,3% e no Rio de Janeiro aumento de 0,5%.

1.3 - Reajustes de tarifas de pedágio

Quando comparado o valor da tarifa básica de pedágio do primeiro trimestre de 2018 com igual período do ano anterior, verifica-se que houve revisão e reajuste correspondente a R\$ 0,60 (4,35%), o que elevou a tarifa de pedágio da Via Dutra de R\$ 13,80 para R\$ 14,40 (vigente a partir de 04 de agosto de 2017).

O aumento ocorreu, principalmente devido ao incremento por conta da variação de 3,00% no índice inflacionário que corrige a tarifa (IPCA) e da inclusão de investimentos na rodovia (Trevo de Jacareí – Fase II, Trevo de Jacu Pêssego, Fase II, entre outros).

1.4 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita bruta operacional

Receita Bruta [R\$ mil]	1ºT18	1ºT17	Var. %
Receita de Pedágio	325.033	304.136	6,9%
Receitas Acessórias	6.439	7.062	-8,8%
Receita de Construção	21.445	19.509	9,9%
Receita Bruta Total	352.917	330.707	6,7%

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), a Companhia reconhece a receita e o custo de construção, de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção. Para a CCR NovaDutra, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Receitas acessórias: Na comparação com o 1T17 houve diminuição de 8,8% (R\$ 623 mil) acarretado pela postergação do faturamento do contrato de ocupação de faixa de domínio (fibra óptica) para abr/18.

Receita de construção: No 1T18 tivemos o impacto de maiores gastos em obras de *upgrade*, principalmente na construção de diversas passarelas ao longo da Rodovia e na implantação do trevo Jacu-Pêssego localizado no km 213 – Sentido SP (maiores detalhes no item 2), entre outros.

Receita líquida operacional

A receita líquida operacional do 1T18 (conforme demonstrado no quadro do item 1.1) foi 6,5% superior à do mesmo período do ano anterior, impactada, pelo reajuste da tarifa básica de pedágio, conforme citado no item 1.3 e pelo crescimento do tráfego, conforme item 1.2.

As deduções sobre a receita operacional bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total é de aproximadamente 8,65% sobre a receita operacional bruta, aumentaram em 6,6% no 1T18, em relação ao 1T17, totalizando o valor de R\$ 28,8 milhões.

Comentário do Desempenho

Custos e despesas totais

Indicadores [R\$ MM]	1ºT18	1ºT17	%
Custo de construção	21.445	19.509	9,9%
Provisão de manutenção	14.223	14.305	-0,6%
Depreciação e amortização	73.728	66.982	10,1%
Custos contratuais	6.941	5.231	32,7%
Serviços de terceiros	105.271	104.440	0,8%
Gastos com pessoal	8.141	5.204	56,4%
Materiais e gastos gerais	7.679	6.478	18,5%
Custos e despesas totais	237.428	222.149	6,9%

Os custos e as despesas totais ficaram 6,9% ou R\$ 15,3 milhões acima no 1T18 em relação ao 1T17, alcançando o valor de R\$ 237,4 milhões. Abaixo, maiores detalhes.

Custo de construção: Os custos de construção sofreram um aumento de R\$ 1,9 milhões no 1T18. O valor é contrapartida da receita de construção, anulando-se entre si. As principais variações que explicam o aumento, foram apresentadas no item “Receita de Construção”.

Provisão de manutenção: A variação corresponde ao início (ou encerramento) da provisão de projetos, dentro do escopo da provisão de manutenção e da variação da curva de benefícios econômicos, decorrente do volume de tráfego da rodovia. Valores em linha entre os trimestres.

Depreciação e amortização: Se deve à depreciação/amortização do maior volume de investimentos incorridos pela Companhia que foram entregues no 1T18 na comparação com o 1T17 (conforme apresentados no item “Receita de Construção”) e devido à proximidade do fim do contrato de Concessão em fevereiro de 2021.

Custos contratuais: Referem-se à verba contratual de Fiscalização (paga à ANTT) e à verba destinada ao reaparelhamento da Polícia Rodoviária Federal. Além disso, fazem parte todos os seguros previstos no Contrato de Concessão, dentre os quais o do patrimônio existente (*all risks*), o das novas obras (riscos de engenharia), bem como responsabilidade civil e seguro garantia. Os gastos no 1T18 ficaram 32,7% acima do 1T17 devido ao efeito da contabilização da franquia do seguro (R\$ 1,5 milhões).

Serviços de terceiros: Neste grupo temos os itens de prestadores de serviços, assim como os custos diretos, sendo este último, referente aos valores envolvidos na conservação especial da rodovia, tais como estabilização de terraplenos, conservação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), obras de arte correntes (drenagem), entre outros. As variações ficaram em linha e abaixo da inflação entre os trimestres analisados.

Gastos com pessoal: Os valores do 1T18 ficaram 56,4% acima em relação ao 1T17, principalmente em função do desligamento de colaboradores.

Materiais e gastos gerais: O maior gasto no 1T18 em comparação com o 1T17, se deve principalmente, às maiores provisões para contingências jurídicas e também, gastos com campanhas, eventos e comunicação corporativa.

Comentário do Desempenho

EBITDA E EBIT

Reconciliação EBITDA (R\$ mil)	1ºT18	1ºT17	Var. %
Lucro Líquido	50.171	38.776	29,4%
(+) IR/CS	26.804	20.338	31,8%
(+) Resultado Financeiro	9.673	22.388	-56,8%
(+) Depreciação e Amortização	73.728	66.982	10,1%
EBITDA (a)	160.376	148.484	8,0%
<i>Margem EBITDA (a)</i>	<i>49,5%</i>	<i>48,9%</i>	<i>0,6 p.p.</i>
(+) Provisão de Manutenção (b)	14.223	14.305	-0,6%
EBITDA ajustado	174.599	162.789	7,3%
<i>Margem EBITDA ajustada (c)</i>	<i>57,7%</i>	<i>57,3%</i>	<i>0,4 p.p.</i>

Reconciliação EBIT (R\$ mil)	1ºT18	1ºT17	Var. %
Lucro Líquido	50.171	38.776	29,4%
(+) IR/CS	26.804	20.338	31,8%
(+) Resultado Financeiro	9.673	22.388	-56,8%
EBIT (a)	86.648	81.502	6,3%
<i>Margem EBIT (a)</i>	<i>26,7%</i>	<i>26,8%</i>	<i>-0,1 p.p.</i>
<i>Margem EBIT ajustada (c)</i>	<i>28,6%</i>	<i>28,7%</i>	<i>-0,1 p.p.</i>

- (a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM nº. 527/2012;
- (b) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias, ajustada, pois se trata de item não caixa das demonstrações financeiras;
- (c) As margens EBIT e EBITDA ajustadas foram calculadas sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

Resultado Financeiro

	1ºT18	1ºT17	Var. %
Despesas financeiras	20.809	51.018	-59,2%
Juros e variações monetárias	12.738	18.349	-30,6%
Perdas com operações de derivativos e <i>Fair Value Option</i>	3.689	23.892	-84,6%
Varição Cambial	-	3.027	-100,0%
Outras despesas financeiras	4.382	5.750	-23,8%
Receitas financeiras	11.136	28.630	-61,1%
Rendimento sobre aplicações	1.439	7.168	-79,9%
Ganhos com operações de derivativos e <i>Fair Value Option</i>	9.535	9.693	-1,6%
Varição Cambial	-	11.582	-100,0%
Varição Monetária	-	-	0,0%
Outras receitas financeiras	162	187	-13,4%
Resultado financeiro líquido	9.673	22.388	-56,8%

Os valores referentes às operações de derivativos, *Fair Value Option* e variação cambial refletem a captação em 2015 de Debêntures, no valor de R\$ 610 milhões e de R\$ 210 milhões de dívidas em moeda estrangeira (empréstimos modalidade 4131). Para estas dívidas, foram contratados mecanismos de proteção (*hedge* – SWAP) contra a variação monetária (IPCA) e variação cambial (dólar).

O resultado financeiro líquido no 1T18 ficou 56,8% abaixo do 1T17 devido aos seguintes fatores:

Comentário do Desempenho

1. **Juros e Variações monetárias:** Queda de 30,6% com relação ao 1T17 devido ao recuo de 27% do IPCA no 1T18 quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Este índice corrige o contrato de Debêntures no valor de R\$ 610 milhões (variação monetária);
2. **Ganhos/Perdas com operações de derivativos e Fair Value Option” e Variação cambial:** A melhora se deve principalmente ao recuo dos indicadores macroeconômicos (IPCA e CDI) e liquidações, em 2017, de dois empréstimos em moeda estrangeira (notas promissórias modalidade 4131);
3. **Rendimentos sobre aplicações/Outros:** Houve uma diminuição do nosso saldo médio de caixa em 54% e também, tivemos uma queda acentuada do CDI médio em 5,7 p.p. quando comparado ao 1T17.

2. Investimentos

A Companhia mantém em dia os compromissos contratuais de investimento na Rodovia Presidente Dutra.

Obras iniciadas no primeiro trimestre de 2018:

- ITEM 1.2.3 – RECUPERAÇÃO, REFORÇO E ALARGAMENTO:
 - Ponte sobre o córrego Pau D'alho, km 251,95 – Pista Sul – RJ;
 - Ponte sobre o rio Entupido, km 10,86 – Pista Sul – SP;
 - Viaduto de acesso a Lorena, km 52,79 – Pista Norte – SP.
- ITEM 6.13 – IMPLANTAÇÃO DE PASSARELAS
 - Implantação de Passarela - km 54,50 – SP;
 - Implantação de Passarela - km 142,14 – SP.

Obras em andamento no primeiro trimestre de 2018:

- ITEM 1.2.3 – RECUPERAÇÃO, REFORÇO E ALARGAMENTO:
 - Ponte sobre o rio Sarapuí, km 172,24 – Pista Norte – RJ;
 - Viaduto sobre a rodovia Piraí - Cava, km 238,90 - Pista Norte – RJ;
 - Ponte sobre o córrego Pau D'Alho, 251,95, Pista Norte – RJ;
 - Ponte sobre o rio Alambari, km 304,95, Marginal Sul – RJ;
 - Ponte sobre o rio Alambari, km 304,95, Pista Sul – RJ;
 - Ponte sobre o rio Portinho, km 309,73, Pista Norte – RJ;
 - Ponte sobre o córrego Sapê km 35,780, Pista Norte – SP;
 - Viaduto de acesso a Lorena, km 52,79 – Pista Sul – SP;
 - Viaduto Jararaca, km 63,73, Pista Sul – SP;
- ITEM 6.13 – IMPLANTAÇÃO DE PASSARELAS:
 - Passarela km 172,40 – RJ;
 - Passarela km 183,00 – RJ;
 - Passarela km 191,16 – RJ;
 - Passarela km 200,13 – RJ;
 - Passarela km 319,13 – RJ;
 - Passarela km 201,70 – SP;
- ITEM 6.15 – IMPLANTAÇÃO DE PASSARELA NO km 203,50:
 - Passarela km 203,50 – SP.
- ITEM 6.2 – IMPLEMENTAÇÃO DE OBRAS COM PROJETO DEFINIDO:
 - Implantação Trevo Jacu Pêssego, km 213 – SP (Fase II).

Comentário do Desempenho

- ITEM 6.11.6 – OBRAS ADICIONAIS DE SEGURANÇA:
 - Implantação de Telas Antiofuscentes SP;
 - Implantação de Telas Antiofuscentes RJ.

Obras concluídas no primeiro trimestre de 2018:

- ITEM 1.2.3 - RECUPERAÇÃO, REFORÇO E ALARGAMENTO:
 - Ponte sobre o rio Acarí, km 164,39 – Pista Sul – RJ;
 - Ponte sobre o rio Pavuna, km 166,32 – Pista Sul – RJ;
 - Ponte sobre o córrego Grota-Fria, km 17,38 – Pista Norte – SP;
 - Ponte sobre o ribeirão dos Motas, km 65,23 – Pista Sul – SP.
- ITEM 6.13 – IMPLANTAÇÃO DE PASSARELAS:
 - Passarela km 184,60 – RJ;
 - Passarela km 186,24 – RJ;
 - Passarela km 242,70 – RJ;
 - Passarela km 311,30 – RJ;
 - Passarela km 181,40 – SP.

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

Total de acidentes [unidade]	1ºT18	1ºT17	Var. %
Total de acidentes	2.019	2.152	-6,2%
Total de vítimas	932	1.058	-11,9%

4. Considerações Finais

As informações financeiras trimestrais (ITR) da Concessionária Rodovia Presidente Dutra S/A – NovaDutra S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 31 de março de 2018

Os saldos apresentados em Reais nestas ITRs foram arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Companhia tem como objeto social exclusivo, sob o regime de concessão por um prazo total de 25 anos, até 28 de fevereiro de 2021, a exploração da Rodovia BR 116/RJ/SP, trecho Rio de Janeiro - São Paulo (Rodovia Presidente Dutra) e respectivos acessos, mediante cobrança de pedágio. A sede está localizada na Rodovia Presidente Dutra (BR 116/RJ/SP), KM 184,3/SP, Bairro Morro Grande, na cidade de Santa Isabel, estado de São Paulo.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Operação da rodovia e execução de obras iniciais de recuperação sem a cobrança de pedágio, o que ocorreu até 31 de julho de 1996;
- Apoio à fiscalização de trânsito, com operação de balanças fixas e móveis e sistema eletrônico de velocidade instalado ao longo da rodovia;
- Construção de marginais nas regiões da Baixada Fluminense (RJ), São Paulo (SP) e de São José dos Campos (SP), iniciada no segundo semestre de 1997 e parcialmente implementados, e construção de novos trechos de 2010 a 2014;
- Implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, instalados no segundo semestre de 1997;

Processo de investigação

Em 23 de fevereiro de 2018, foram veiculadas matérias na imprensa noticiando que a CCR S.A., sua controladora, a Companhia e determinadas companhias integrantes do grupo CCR foram citadas em delação premiada do Sr. Adir Assad, que teria relatado a existência de pagamentos decorrentes de contratos de patrocínio de diversos eventos esportivos, entre os exercícios de 2009 e 2012. O assunto foi objeto de Comunicado ao Mercado pela controladora CCR S.A., divulgado em 24 de fevereiro de 2018.

Em reunião extraordinária do Conselho de Administração, da controladora CCR S.A., de 28 de fevereiro de 2018, foi deliberada a criação de um Comitê Independente que – em conjunto com assessores jurídicos e com uma empresa internacional de consultoria especializada em investigação corporativa – iniciou o procedimento de investigação para a apuração dos fatos noticiados e eventuais fatos conexos que poderão ou não envolver outras empresas do Grupo.

Em 28 de fevereiro e 12 de março de 2018, a controladora CCR S.A., divulgou fatos relevantes informando ao mercado não só a criação do Comitê Independente, como sua composição e a seleção pelo Comitê Independente dos seus assessores jurídicos e de empresa internacional de consultoria especializada na realização de processos de investigação corporativa, como acima referido. Como divulgado no Fato Relevante de 28 de fevereiro, as conclusões do Comitê Independente serão submetidas ao Conselho de Administração, da controladora CCR S.A., que deliberará quanto às medidas necessárias a serem tomadas.

Em 3 de maio de 2018, a controladora CCR S.A. recebeu do Ministério Público do Estado de São Paulo, pedido de informações, no âmbito de Inquérito Civil, sobre os fatos noticiados pela imprensa. O prazo para resposta à referida solicitação é o dia 14 de maio de 2018.

Notas Explicativas

As investigações conduzidas pelo Comitê Independente ainda estão em andamento e, portanto, não é possível determinar se, ao final dos trabalhos, serão revelados fatos que possam trazer impactos à Companhia.

Com base nos elementos que possui até o momento, a Companhia e sua controladora CCR S.A., em conjunto com seus assessores jurídicos e consultores especializados, efetuou avaliação sobre eventuais efeitos nas suas informações financeiras trimestrais da Companhia e concluiu que os fatos veiculados, se ocorreram, não trariam efeitos materiais às mesmas.

A Companhia está sujeita à Lei 12.846 e, se os fatos veiculados se provarem verdadeiros, poderá ter efeitos materiais sobre a posição financeira, os resultados das operações e fluxos de caixa futuros da Companhia. Entretanto, no momento, não é praticável determinar se há perda provável decorrente de obrigação presente em vista de evento passado e nem fazer uma mensuração razoável quanto a eventual provisão para contingências sobre este assunto informações financeiras trimestrais.

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e nos Pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 10 de maio de 2018, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas ITRs.

3. Principais práticas contábeis

Neste trimestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pela adoção, a partir de 1º de janeiro de 2018, dos Pronunciamentos CPC 47 / IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes e CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

Notas Explicativas

CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contratos com cliente

O CPC 47 / IFRS 15 introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada, (substituindo as normas anteriores que dispunham sobre o reconhecimento de receitas: CPC 30 / IAS 18 - Receitas, CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção e CPC 30 - Programas de Fidelidade com o Cliente). Em resumo, foi estabelecido um modelo de cinco etapas para a contabilização de receitas, de tal forma que é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida que a entidade espera ter o direito em troca da transferência de controle dos bens e/ou serviços para um cliente.

O CPC 47/ IFRS 15 não teve impacto significativo nas políticas contábeis da Companhia.

CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros (substituindo o CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração).

i. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto do CPC 48 / IFRS 9 na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo, demonstrando as categorias de mensuração até então vigentes no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias requeridas para mensuração no CPC 48 / IFRS 9, para cada classe de ativos financeiros da Companhia, em 1º de janeiro de 2018.

Ativos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38/ IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48/ IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38/ IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48/ IFRS 9
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	82.608	82.608
Contas a receber - partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	921	921

ii. Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substituiu o modelo de perda incorrida do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a valor justo através de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar – operações com derivativos e alguns empréstimos e financiamentos e debêntures. A aplicação do impairment de ativos financeiros com base nas perdas esperadas não resultou em uma provisão adicional nas informações financeiras da Companhia, no momento da adoção da nova norma.

Notas Explicativas

iii. Contabilidade de hedge

A Companhia optou por adotar o novo modelo de contabilidade de hedge do CPC 48 / IFRS 9. Isso exige que a Companhia assegure que as relações de hedge estejam alinhadas com seus objetivos e estratégias de gestão de risco e que a Companhia aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A aplicação da contabilidade de hedge de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 não teve impacto significativo nas políticas contábeis da Companhia.

4. Determinação dos valores justos

Neste trimestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste trimestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Em 31 de março de 2018, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 159.264 (R\$ 262.874 em 31 de dezembro de 2017), substancialmente compostos por debêntures a pagar e provisão de manutenção, detalhados nas notas explicativas nº 12 e nº 14. Essas dívidas são substancialmente formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e bancos	5.198	5.070
	<u>5.198</u>	<u>5.070</u>
	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	161.303	48.580
	<u>161.303</u>	<u>48.580</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas, à taxa média de 98,78% do CDI, equivalente a 6,65% ao ano (98,36% do CDI, equivalente a 9,73% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2017).

7. Contas a receber

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	916	9.270
Pedágio eletrônico (b)	70.252	73.568
	71.168	82.838
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	(211)	(230)
	<u>70.957</u>	<u>82.608</u>

Notas Explicativas

Idade de Vencimentos dos Títulos

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Crédito a vencer	70.652	82.262
Créditos vencidos até 60 dias	287	345
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	18	1
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	2	73
Créditos vencidos de 181 a 360 dias	<u>209</u>	<u>157</u>
	<u>71.168</u>	<u>82.838</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à Concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e
- (c) A Provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada para cada negócio da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u> (Reclassificado)
		(*)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	76.975	59.114
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(26.172)	(20.099)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(76)	(206)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(68)	(62)
Incentivos relativos ao imposto de renda	52	25
Outros ajustes tributários	<u>(540)</u>	<u>4</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(26.804)</u>	<u>(20.338)</u>
Impostos correntes	(26.079)	(27.421)
Impostos diferidos	<u>(725)</u>	<u>7.083</u>
	<u>(26.804)</u>	<u>(20.338)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>34,82%</u>	<u>34,40%</u>

Notas Explicativas

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos tem as seguintes origens:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Bases ativas		
Provisão para participação nos resultados (PLR)	846	648
Provisão para perda esperada - contas a receber	72	78
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	5.647	5.281
Constituição da provisão de manutenção	103.527	102.862
Provisão para fornecedores	2	7
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	75.778	79.197
Variação cambial	-	544
Outros ajustes tributários	133	123
	<u>186.005</u>	<u>188.740</u>
Bases passivas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(105.969)	(109.943)
Ganhos de operações com derivativos	(22.459)	(20.495)
	<u>(128.428)</u>	<u>(130.438)</u>
Ativo diferido líquido	<u>57.577</u>	<u>58.302</u>

(*) Reclassificação da abertura entre linhas para melhor apresentação.

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro 2017, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres findos em 31 de março 2018 e 2017, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações				Saldos		
	Serviços prestados	Aquisição de Intangível	Receita	Despesa Financeira	Ativo	Passivo	
					Contas a receber	Cessão onerosa	Contas a pagar
Controladora							
CCR S.A.	5.124 (a)	-	-	248 (g)	-	15.073 (g)	1.603 (a)
Outras partes relacionadas							
CPC	6.369 (b)	-	-	-	-	-	1.993 (b)
Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Eng.	-	4.418 (c)	-	-	-	-	7.512 (c)
Coper	86.478 (d)	-	-	-	-	-	34.125 (d)
Samm	-	-	301 (e)	-	784 (e)	-	-
Metrô Bahia	-	-	-	-	-	-	10 (f)
Companhia Operadora de Rodovia	-	-	-	-	-	-	2 (f)
ViaQuatro	-	-	-	-	3 (f)	-	18 (f)
Total circulante, 31 de março de 2018					469	423	42.632
Total não circulante, 31 de março de 2018					318	14.650	2.631
Total, 31 de março de 2018	<u>97.971</u>	<u>4.418</u>	<u>301</u>	<u>248</u>	<u>787</u>	<u>15.073</u>	<u>45.263</u>
Total, 31 de dezembro de 2017					<u>921</u>	<u>14.825</u>	<u>37.347</u>
Total, 31 de março de 2017	<u>95.261</u>	<u>939</u>	<u>307</u>	<u>476</u>			

Notas Explicativas**Despesas com profissionais-chave da administração:**

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Remuneração (h):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	780	526
Outros benefícios:		
Provisão para remuneração variável		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	273	247
Previdência privada	-	9
Seguro de vida	1	1
	<u>1.054</u>	<u>783</u>

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Remuneração dos administradores (h)	1.365	1.192

Na AGO realizada em 06 de abril de 2018, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 5.000, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (c) Prestação de serviços por empreitada a preço global de obra de restauração de pavimento em trechos, trevos e acessos encabeçamentos e capeamentos, distribuídos em vários pontos, com vigência de 23 de janeiro de 2014 a 21 de julho de 2017. Em 06 de junho de 2017, foi assinado novo contrato de prestação de serviços com o mesmo objeto, porém para novos trechos da rodovia, com vigência de 06 de junho de 2017 a 02 de dezembro de 2020;
- (d) Serviços de recuperação, melhoramento, conservação, manutenção, monitoramento e operação da rodovia Presidente Dutra, com vigência até fevereiro de 2021;
- (e) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGPM;
- (f) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;

Notas Explicativas

- (g) Refere-se a cessão onerosa de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas do RodoAnel Oeste, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória – MP 651/14, convertida para Lei 13.043/2014. Os juros, de 105% do CDI, estão sendo pagos semestralmente em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019, quando será efetuado o pagamento do principal. Em 03 de maio de 2017, o RodoAnel Oeste vendeu os recebíveis para a CCR, sendo que nesta operação houve desconto dos créditos futuros a uma taxa de mercado de 127,73% do CDI; e
- (h) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

10. Ativo imobilizado

Movimentação do custo

	31/12/2017		31/03/2018		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Móveis e utensílios	4.540	-	(5)	-	4.535
Máquinas e equipamentos	50.025	-	-	3.985	54.010
Veículos	33.396	-	(69)	1.235	34.562
Terrenos	2.074	-	-	-	2.074
Equipamentos operacionais	86.506	-	-	1.429	87.935
Imobilizações em andamento	19.276	2.435	-	(6.649)	15.062
	<u>195.817</u>	<u>2.435</u>	<u>(74)</u>	<u>-</u>	<u>198.178</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 383 no trimestre findo em 31 de março de 2018 (R\$ 222 no 1º trimestre de 2017). A taxa média de capitalização no 1º trimestre de 2018 foi de 0,39% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,16% a.m. no 1º trimestre de 2017.

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2017		31/03/2018	
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(3.372)	(94)	5	(3.461)
Máquinas e equipamentos	13	(34.266)	(1.842)	-	(36.108)
Veículos	25	(25.570)	(1.315)	39	(26.846)
Equipamentos operacionais	13	(68.973)	(1.919)	-	(70.892)
		<u>(132.181)</u>	<u>(5.170)</u>	<u>44</u>	<u>(137.307)</u>

Notas Explicativas

11. Ativo intangível

Movimentação do custo

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/03/2018</u>	
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo Final</u>
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	2.668.148	23.035	2.691.183
Direitos de uso de sistemas informatizados	16.635	-	16.635
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	6.184	-	6.184
	<u>2.690.967</u>	<u>23.035</u>	<u>2.714.002</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 3.432 no trimestre findo em 31 de março de 2018 (R\$ 1.373 no 1º trimestre de 2017). A taxa média de capitalização no 1º trimestre de 2018 foi de 0,39% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,16% a.m. no 1º trimestre de 2017.

Movimentação da amortização

		<u>31/12/2017</u>	<u>31/03/2018</u>	
	Taxa média anual de amortização %	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Saldo final</u>
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(a)	(1.568.116)	(68.251)	(1.636.367)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(13.813)	(305)	(14.118)
Custo de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(6.179)	(2)	(6.181)
		<u>(1.588.108)</u>	<u>(68.558)</u>	<u>(1.656.666)</u>

(a) Amortização pela curva de benefício econômico.

12. Debêntures

<u>Série</u>	<u>Taxas Contratuais</u>	<u>Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)</u>	<u>Vencimento Final</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
1. 4a Emissão - Série única (a)	IPCA+6,4035% a.a.	N/I	Agosto de 2020	511.598	500.036 (b)
				<u>511.598</u>	<u>500.036</u>
Circulante					
Debêntures				<u>185.175</u>	<u>182.174</u>
Não Circulante					
Debêntures				<u>326.423</u>	<u>317.862</u>

N/I – Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

(a) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 18.

Notas Explicativas

Garantias:

(b) Garantia real.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>31/03/2018</u>
2019	171.491
2020	<u>154.932</u>
Total	<u><u>326.423</u></u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Não existem cláusulas de repactuação.

Para maiores detalhes sobre as debêntures, vide nota explicativa nº 13 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

13. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

Não circulante	<u>31/12/2017</u>		<u>31/03/2018</u>			Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamento	Atualização monetária	
Cíveis	14.396	1.309	(20)	(151)	421	15.955
Trabalhistas	1.136	-	(501)	-	21	656
Total	<u>15.532</u>	<u>1.309</u>	<u>(521)</u>	<u>(151)</u>	<u>442</u>	<u>16.611</u>

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos no trimestre findo em 31 de março de 2018, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 1.078 e R\$ 24 (R\$ 1.202 na esfera cível, em 31 de março 2017).

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, trabalhistas e tributárias avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Cíveis e administrativos	5.895	6.190
Trabalhista	565	78
Tributárias	<u>7.119</u>	<u>19.650</u>
	<u><u>13.579</u></u>	<u><u>25.918</u></u>

Notas Explicativas

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de março de 2018 é de R\$ 34.600 (R\$ 33.843 em 31 de dezembro de 2017).

14. Provisão de manutenção

	31/12/2017		31/03/2018			
	Saldo inicial	Constituição/ reversão de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferências	Saldo final
Circulante	113.986	4.727	3.382	(19.867)	14.872	117.100
Não circulante	188.554	9.496	4.211	-	(14.872)	187.389
	<u>302.540</u>	<u>14.223</u>	<u>7.593</u>	<u>(19.867)</u>	<u>-</u>	<u>304.489</u>

As taxas anuais de 2017 e 2018, para cálculo do valor presente, são de 13,93% e 7,77%, respectivamente.

15. Patrimônio Líquido

a. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	31/03/2018	31/03/2017
Numerador		
Lucro líquido	50.171	38.776
Denominador		
Média ponderada de ações - ordinárias e preferenciais (em milhares)	128.766	128.766
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,38963	0,30113
Lucro por ação preferencial - básico e diluído	0,38963	0,30113

16. Receitas

	31/03/2018	31/03/2017
Receitas de pedágio	325.033	304.136
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	21.445	19.509
Receitas acessórias	6.138	6.755
Receita de partes relacionadas	301	307
Receita bruta	<u>352.917</u>	<u>330.707</u>
Impostos sobre receitas	(28.782)	(27.000)
Devoluções e abatimentos	(59)	(56)
Deduções da receita bruta	<u>(28.841)</u>	<u>(27.056)</u>
Receita líquida	<u>324.076</u>	<u>303.651</u>

Notas Explicativas

17. Resultado financeiro

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(7.404)	(11.092)
Variação monetária sobre debêntures	(5.086)	(6.781)
Variação cambial sobre empréstimos	-	(3.027)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(7.593)	(6.867)
Perda com operações de derivativos	(2.297)	(15.482)
Capitalização de custos dos empréstimos	3.815	1.595
Valor justo sobre empréstimos (<i>fair value hedge</i>)	(1.392)	(8.410)
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	(248)	(476)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(604)	(478)
	<u>(20.809)</u>	<u>(51.018)</u>
Receitas financeiras		
Variação cambial sobre empréstimos	-	11.582
Ganho com operações de derivativos	7.215	9.680
Valor justo sobre financiamentos e debêntures (<i>fair value hedge</i>)	2.320	13
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.439	7.168
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	-	9
Juros e outras receitas financeiras	162	178
	<u>11.136</u>	<u>28.630</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(9.673)</u>	<u>(22.388)</u>

18. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas ITRs, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	31/03/2018			31/12/2017		
	Valor justo através de resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através de resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Aplicações financeiras	161.303	-	-	48.580	-	-
Contas a receber	-	70.957	-	-	82.608	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	787	-	-	921	-
Contas a receber - operações com derivativos	85.194	-	-	80.276	-	-
Passivos						
Debêntures (a)	(511.598)	-	-	(500.036)	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(32.588)	-	-	(44.224)
Fornecedores - partes relacionadas	-	-	(45.263)	-	-	(37.347)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(15.073)	-	-	(14.825)
Juros sobre capital próprio	-	-	(26.037)	-	-	(26.037)
Outras obrigações com o Poder Concedente	-	-	(1.408)	-	-	(1.408)
Total	<u>(265.101)</u>	<u>71.744</u>	<u>(120.369)</u>	<u>(371.180)</u>	<u>83.529</u>	<u>(123.841)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Notas Explicativas

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado. O valor justo pode ser considerado como semelhante ao valor contábil, uma vez que o risco de crédito das contrapartes (instituições financeiras de primeira linha) não produziria diferenças significativas entre ambos.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores, outras contas a pagar, obrigações com poder concedente, fornecedores – partes relacionadas e mútuo – partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Contas a receber e a pagar com derivativos** – Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas através de fontes públicas (B3 e Bloomberg), mais cupom da operação e trazendo a valor presente pelo cupom limpo.

- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option e hedge accounting*)** - A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option/hedge accounting*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 492.229 (R\$ 479.738 em 31 de dezembro de 2017), conforme detalhado abaixo.

<u>Série</u>	<u>Taxa contratual</u>	<u>Taxa contratual - Swap</u>	<u>Custo amortizado (a)</u>
4a Emissão - Série única	IPCA+ 6,4035% a.a.	100,1% até 101,2% do CDI	492.229

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 12.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Aplicações financeiras	161.303	48.580
Derivativos a receber/(a pagar)	85.194	80.276
Debêntures	(511.598)	(500.036)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamento futuros em moeda estrangeira, além de proteção contra indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* visando mitigar totalmente o risco cambial do fluxo de caixa de seu empréstimo em moeda estrangeira.

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 4ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Notas Explicativas

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção

Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Valor de referência (Nacional) (1)		Valor justo		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito acumulado		Resultado		
				Moeda estrangeira	Moeda local	Moeda local	Moeda local	Moeda local	Recebidos/(Pagos)	Valores a receber/(recebidos)	Valores a pagar/(pagos)	Ganho/(Perda) em resultado		
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	
SWAP														
Posição ativa	12/06/2015	17/08/2020 (2)	IPCA + 6,4035% a.a. 101,20% do CDI	-	310.019	310.019	255.892 (213,287)	250.110 (209.979)	-	-	42.605	40.131	-	2.474
Posição passiva	16/06/2015	17/08/2020 (2)	IPCA + 6,4035% a.a. 100,09% do CDI	-	310.019	310.019	255.617 (213,028)	249.842 (209.697)	-	-	42.589	40.145	-	2.444
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 31/03/2018					620.038	620.038	85.194	80.276	-	-	85.194	80.276	-	4.918
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017														
TOTAL DAS OPERAÇÕES							85.194	80.276	-	(5.846)	-	-	-	(13.483)
							85.194	80.276	-	(5.846)	85.194	80.276	-	(8.802)

(1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nominal mencionado é o da tranche vigente.

(2) Os contratos possuem vencimentos semestrais intermediários nos meses de abril e outubro de cada ano, até o vencimento final.

Notas Explicativas

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Riscos cambiais	-	(13.483)
Riscos de juros	<u>4.918</u>	<u>7.681</u>
	<u>4.918</u>	<u>(5.802)</u>

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram consideradas nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de março de 2019 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimento	Exposição em R\$ ⁽⁵⁾	Efeito em R\$ no resultado			
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%	
Debêntures - 4ª Emissão	Aumento do IPC-A	Agosto de 2020	492.229	(45.561)	(49.071)	(52.581)	
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Agosto de 2020	(246.205)	22.789	24.544	26.300	
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2020	213.082	(13.672)	(17.090)	(20.509)	
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Agosto de 2020	(245.945)	22.765	24.519	26.272	
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Agosto de 2020	213.011	(13.514)	(16.892)	(20.269)	
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI (4)		103.873	6.820	8.527	10.235	
Aplicação financeira (CDB)	Diminuição do CDI (4)		47.634	3.100	3.876	4.652	
Aplicação financeira (Itaú Aplicaut)	Diminuição do CDI (4)		9.795	13	16	19	
Efeito líquido				<u>(17.260)</u>	<u>(21.571)</u>	<u>(25.881)</u>	
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾ :							
				CDI ⁽²⁾	6,39%	7,99%	9,59%
				IPC-A ⁽³⁾	2,68%	3,35%	4,02%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

Notas Explicativas

- (2) Refere-se à taxa de 29/03/2018, divulgada pela B3/CETIP;
- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada IBGE;
- (4) Saldo Líquido. O conceito aplicado para as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto para as aplicações financeiras, há um aumento da receita financeira; e
- (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/03/2018, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

19. Compromissos vinculados a contratos de concessão

Além dos pagamentos de verba de fiscalização ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Compromisso de investimento	<u>263.452</u>	<u>305.522</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

20. Demonstrações dos fluxos de caixa

- a.* Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no trimestre findo em 31 de março de 2018 e 2017. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Fornecedores - partes relacionadas	<u>896</u>	<u>1.682</u>
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>896</u>	<u>1.682</u>
Adições ao ativo intangível	<u>(896)</u>	<u>(1.682)</u>
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>(896)</u>	<u>(1.682)</u>

- b.* A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

Notas Explicativas

c. Reconciliação das atividades de financiamento.

	<u>Debêntures</u>	<u>Mútuos com partes relacionadas</u>	<u>Dividendos a pagar</u>	<u>Operações com derivativos</u>	<u>Capital social</u>	<u>Total</u>
Saldo Inicial	(500.036)	(14.825)	(26.037)	80.276	(392.376)	(852.998)
Outras variações						
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(12.490)	(248)	-	-	-	(12.738)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	<u>928</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.918</u>	<u>-</u>	<u>5.846</u>
Total das outras variações	<u>(11.562)</u>	<u>(248)</u>	<u>-</u>	<u>4.918</u>	<u>-</u>	<u>(6.892)</u>
Saldo Final	<u>(511.598)</u>	<u>(15.073)</u>	<u>(26.037)</u>	<u>85.194</u>	<u>(392.376)</u>	<u>(859.890)</u>

21. Evento subsequente

Dividendos

Em 24 de abril de 2018, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o pagamento de dividendos do exercício de 2017 no montante de R\$ 54.082, correspondente a R\$ 0,42 por ação. O pagamento dos dividendos foi realizado em 27 de abril de 2018.

Capital Social

Em 24 de abril de 2018, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o aumento de capital social no montante de R\$ 7.544, mediante a capitalização de parte do saldo da “Reserva Legal”.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais-ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da,

Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

Santa Izabel - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase – Processo de investigação

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº1 às informações trimestrais, que descreve que a Companhia, sua Controladora CCR S.A. e determinadas companhias integrantes do grupo CCR, foram citadas em delação premiada do Sr. Adir Assad, que teria relatado a existência de pagamentos decorrentes de contratos de patrocínio de diversos eventos esportivos, entre os exercícios de 2009 e 2012. Conforme mencionado na referida nota, sua controladora CCR S.A. criou um Comitê Independente que, em conjunto com seus assessores jurídicos e com empresa internacional de consultoria especializada, iniciaram investigação para apuração dos fatos noticiados. A Companhia, em conjunto com sua controladora CCR S.A., e seus assessores jurídicos e consultores especializados, efetuou avaliação sobre eventuais efeitos nas informações trimestrais da Companhia e concluiu que, se houver, não seriam materiais às mesmas. Todavia, as investigações ainda estão em andamento e portanto, não é possível determinar se serão revelados fatos que possam trazer impactos à Companhia, bem como se haverá qualquer efeito da Lei 12.846 em decorrência desse assunto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de maio de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2018.

Santa Isabel/SP, 10 de maio de 2018.

JOSÉ HERZEN SALGADO ALVES

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES

JOÃO DANIEL MARQUES DA SILVA

DIRETOR OPERACIONAL

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia – ITR, emitido nesta data, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2018.

Santa Isabel/SP, 10 de maio de 2018.

JOSÉ HERZEN SALGADO ALVES

DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES

JOÃO DANIEL MARQUES DA SILVA

DIRETOR OPERACIONAL